

PARA CRIAR EMPREGOS

Empresários e técnicos juntos na gestão do Parque Digital

Grupo terá dois meses para levar a Arruda um modelo para administrar

Flávia Lima

O governo do Distrito Federal acaba de criar o Grupo de Gestão para Implantação do Parque Tecnológico Capital Digital. Do grupo, coordenado pela Federação das Indústrias do DF (Fibra), participam representantes das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Meio Ambiente, Terracap e universidades. O Grupo de Gestão terá dois meses para entregar ao governador José Roberto Arruda um modelo de como deverá ser administrada a Cidade Digital.

O Parque Capital Digital de Brasília será instalado em uma área nobre de Brasília, próximo à Granja do Torto. Serão 123 hectares, onde estão previstos 700 mil metros quadrados de obras. Duas mil empresas, brasileiras, nacionais e também internacionais, serão responsáveis pela criação de 30 mil postos de trabalho. Mas tudo isso ainda está apenas no papel, junto com a expectativa de fazer de Brasília a capital da tecnologia da informação.

Para que o espaço de Brasília dedicado à tecnologia seja transformado em realidade, grupos de interesses diferentes precisam entrar em um consenso. Por enquanto, o Parque Capital Digital é um terreno valorizado e disputado por diferentes forças políticas. A expectativa é que as obras comecem no próximo ano. Mas podem atrasar caso as regras do jogo não sejam logo definidas.

O principal ponto de divergência dos diferentes grupos que fazem parte do comitê de gestão diz respeito à forma de ocupação dos terrenos. Ou eles serão licitados pela Terracap ou serão entregues por meio de concessões de uso aos

empresários por períodos de até 30 anos, prorrogáveis por mais 30.

De acordo com o secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas, a pressão por uma definição do modelo de gestão do parque junto ao governador é grande. O comitê de discussão foi formado com o objetivo de que os diferentes grupos encontrem um ponto de equilíbrio.

Izalci defende que a posse dos terrenos continue nas mãos da Terracap. Para ele, os empresários devem receber o direito de uso do lote por um período de 30 anos. A justificativa do secretário é preservar o parque como uma área voltada exclusivamente ao desenvolvimento da tecnologia.

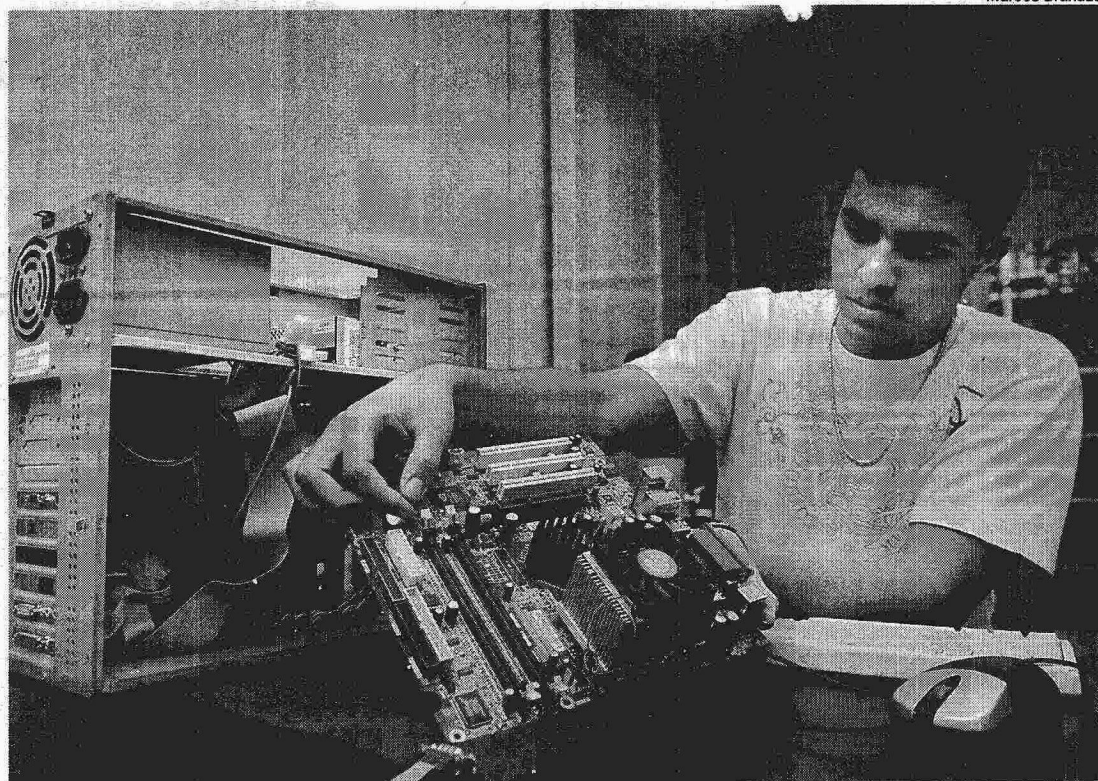
— Defendo que os terrenos não sejam vendidos. Se o lote é comercializado, a posse passará para as mãos dos empresários. Depois que o terreno for de propriedade privada, ficará mais difícil ditar regras e impor condições de uso — afirma Izalci.

Para o secretário, o governo precisa encarar o Parque Capital Digital como um investimento a médio ou longo prazo.

— Não podemos esperar resultados em dois anos. O retorno virá depois, mas em uma proporção muito grande. Por isso é preciso estabelecer regras e definir exatamente o modelo que deve ser implantado no parque — diz.

Para conhecer modelos de parques tecnológicos que deram certo, Izalci Lucas visitou países como Japão e Taiwan. O segredo do sucesso, segundo o secretário, é que a tecnologia, nesses países, é uma política de Estado e não de governo. Outro segredo está no alinhamento de ações entre empresas e universidade.

— No Brasil não existe cultura de



TÉCNICO EM INFORMÁTICA trabalhando: pressa em definir regras do jogo para implantar logo o Parque

André Oliveira



O SECRETÁRIO viajou a Taiwan e ao Japão para conhecer fórmulas

“
No Brasil não existe cultura de pesquisa a empresa. Precisamos criar mecanismos para levar pesquisadores até elas.

Izalci Lucas
secretário de Ciência e Tecnologia

pesquisa dentro da empresa. Precisamos criar mecanismos para levar pesquisadores às empresas de tecnologia — afirma o secretário, que cita também a ideia de criar uma fundação ou um instituto para in-

centivar a realização de pesquisa e posterior desenvolvimento de produtos e patentes dentro das empresas de Brasília.

A visão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo é diferente. De acordo com o secretário adjunto da Secretaria, Adriano Amaral, o modelo do Parque Capital Digital não pode contemplar apenas uma forma de repasse de terreno.

— Temos de manter quatro ou cinco alternativas de ocupação dos terrenos. A primeira empresa que será instalada no parque, o Data Center do Banco do Brasil, será pelo modelo de venda de terreno. Não podemos agora limitar o uso dos lotes apenas por concessão — defende.

Para ele, não há risco de que o Parque Capital Digital se desca-

racterize com as vendas dos lotes. Como aconteceu com algumas Áreas de Desenvolvimento Econômico, entre elas o Pólo de Moda, onde empresas de outros segmentos, comércio ou mesmo prédios residenciais foram construídos no lugar de empresas de confecção.

A venda de lotes por meio do programa Pró-DF também é defendida por Amaral como uma forma de dar condições às pequenas empresas de Brasília de se instalarem no parque.

— O erro que houve nas ADEs não foi porque os lotes foram vendidos. Mas porque o governo entregou os terrenos antes de levar infra-estrutura a essas áreas de desenvolvimento — explica o secretário adjunto.

Segundo Amaral, os erros do Pró-DF foram tema de um Fórum Produtivo, cujos resultados serão apresentados esta semana pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

— O governo investiu este ano R\$ 70 milhões nas ADEs. Fizemos a nossa parte, agora podemos cobrar as metas, os empregos criados e o desenvolvimento do setor empresarial — explicou.

Para Adriano Amaral, o mais importante agora é que o Grupo de Gestão defina as prioridades que deve ter o Parque Capital Digital, o perfil das empresas que poderão ser instaladas e qual deverá ser o papel do governo.

— Acredito que o governo deva regular a gestão do parque. Mas as operações precisam ficar na mão do setor privado — disse.